

Sete elementos do mercado literário luso-brasileiro no século XIX

Seven elements of the Luso-Brazilian literary market in the nineteenth century

Rodrigo do Prado Bittencourt
Universidade de Coimbra
rodrigopbittencourt@gmail.com
Data de receção: 26-01-2019
Data de aceitação: 19-03-2019

Resumo

Este artigo busca analisar algumas características marcantes do mercado editorial luso-brasileiro durante o século XIX. Abandonando o *Ancien Régime*, estes países começaram a construção de um mercado literário moderno e capitalista, deixando de lado as leituras coletivas, o mecenato, a elitização da Literatura e, mais demoradamente, a leitura de *best-sellers* religiosos. O Brasil permaneceu, durante todo o século XIX, um grande consumidor dos livros portugueses: os escritores e editores da antiga metrópole dependiam dele para conseguir grande parte de seus rendimentos. Esta integração não se deu sem conflitos, no entanto. Num cenário marcado por forte comercialização, polêmicas, analfabetismo, jornalismo, concorrência, duelos e plágio.

Palavras-chave: Portugal – Brasil - século XIX - mercado editorial - analfabetismo

Abstract

This article seeks to analyze some striking features of the Luso-Brazilian editorial market during the nineteenth century. Abandoning the *Ancien Régime*, these countries began the construction of a modern, capitalist literary market, leaving aside the collective readings, the patronage, the elitism of literature and, more lingeringly, the reading of religious best sellers. Brazil remained, throughout the

nineteenth century, a major consumer of Portuguese books: writers and editors of the ancient metropolis depended on him to get much of their income. This integration didn't happen without conflicts, however. In a scenario marked by strong commercialization, polemics, illiteracy, journalism, competition, duels and plagiarism.

Keywords: Portugal – Brazil - nineteenth century - editorial Market - illiteracy

Os livros dos antigos por escabrosos que pudessem ser, e muitos o eram com efeito, não passavam de um círculo restrito de leitores. Não havia imprensa. As letras eram aristocráticas.¹

Joaquim Pedro de Oliveira Martins.

Para analisar a figura do escritor em Portugal durante o século XIX, é importante tentar compreender o cenário no qual ele se insere. Cenário de intensas e múltiplas mudanças, o país transforma-se num mercado literário moderno e capitalista, integrado ao resto da Europa, deixando de lado as vivências típicas do Antigo Regime. Para tanto, será aqui utilizado o conceito de “campo”, tal como definido por Bourdieu em *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário* (1996):

Campo de forças possíveis, que se exercem sobre todos os corpos que nele podem entrar, o campo do poder é também um campo de lutas, e talvez, a este título, comparado a um jogo: as disposições, ou seja, o conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade ou mesmo a beleza, e o capital sob suas diversas formas, econômica, cultural, social, constituem trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso no jogo, em suma, todo o processo de *envelhecimento social* que Flaubert chama de “educação sentimental”. (Bourdieu, 1996, p.24)

Além de campo, importa definir “seriedade”, uma vez que se falará em “arte séria” ou “arte pura”: “seriedade, essa aptidão para ser o que se é: forma social do princípio de identidade que é a única a poder fundar uma identidade social sem equívoco” (Bourdieu, 1996, p.26). Nas palavras de Bourdieu, ela é uma das “virtudes domésticas e democráticas”. “Virtudes daqueles que, identificados com o que são,

¹ Martins, 1958, p.390

fazem o que é preciso e estão inteiramente naquilo que fazem, ‘burgueses’ ou ‘socialistas’ ” (1996, p.26).

Assim, as lutas que serão narradas aqui, em meio aos condicionantes oferecidos pelo meio que as envolve e que com elas se relacionam, serão pensadas a partir de sua existência no campo e da “seriedade” ou não dos agentes que nele operam.

Uma primeira questão a se pensar para compor o cenário do campo literário português da segunda metade do século XIX é a de que ele já traz em si o desenvolvimento da imprensa, das editoras, das escolas públicas, do consumo habitual de livros... ou seja, um cenário em que a leitura e a literatura são vividas como fenômenos de massa e não há mais lugar para leituras coletivas ao pé do fogão, em que um leitor lê para uma audiência de familiares, vizinhos e amigos uma obra vastamente conhecida por todos e cujo enredo trata ou da vida de santos ou de aventuras de heróis, geralmente, de virtudes inquestionáveis; como o famoso *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon. Não, a leitura agora é individual, silenciosa e às vezes direcionada apenas ao seu leitor e vedada a qualquer outro membro familiar (recorde-se das coleções, tão comuns no século XIX, com títulos próximos de “Biblioteca dos homens” ou “Leituras para homens”).

Se de um lado, a leitura coletiva perdeu terreno; por outro lado a leitura aristocrática, cuidadosa, demorada, criteriosa, num ambiente silencioso, requintado e bem aparelhado, iluminado e ventilado também desapareceu. Estas modalidades de relação com o texto deram lugar a uma leitura rápida, em meio ao turbilhão de máquinas e gente que se tornaram as grandes cidades europeias, numa atitude de displicência de quem lê para passar o tempo, sem dedicar plenamente sua atenção e esforçar-se por se compenetrar naquilo que lê. A leitura tornou-se massiva, de modo que mais gente lê. O que há, agora, é a leitura corrida no dia-dia, displicente e desprezível. O ato de ler banalizou-se. A este respeito, disse José Maria Eça de Queirós, na célebre *Carta-prefácio a «Azulejos» do Conde de Arnoso*:

Esta expressão, «a Leitura», há cem anos, sugeria logo a imagem duma livraria silenciosa, com bustos de Platão e de Séneca, uma ampla poltrona almofadada, um janela aberta sobre os aromas dum jardim: e neste retiro austero de paz estudiosa, um homem fino, erudito, saboreando linha a linha o *seu livro*, num recolhimento quase amoroso. A ideia de leitura, hoje, lembra apenas uma turba

folheando páginas à pressa, no rumor duma praça. (Queirós, 2009, p.188)

Ao mesmo tempo, a releitura diminuiu cada vez mais (Anselmo, 1997; Duarte, 2002; Domingos, 1985). Já não se imagina uma audiência que se reúna todo inverno, no serão, para escutar a leitura de um *Amadis de Gaula* ou da *Canção de Rolando*, enquanto descansa da labuta diária ou mesmo executa pequenos trabalhos domésticos, como o bordado. Tampouco se imagina a recorrência de uma obra por uma vida toda, como acontecia com a *Legenda Aurea*, a *Imitação de Cristo* e mais um ou outro livro devocional; três ou quatros livros de uma vida, lidos e relidos desde a infância até o leito de morte. Agora, a leitura se dá às pressas (Duarte, 2002), porque os livros de sucesso se sucedem e ninguém deseja estar fora de moda.

Surge, em Portugal, no início do século XIX uma grande quantidade de traduções, geralmente do francês. A França era a grande potência intelectual da época e muitos editores que atuavam em terras lusitanas provinham do país der Corneille, Racine, Molière e Voltaire. Era o caso dos Bertrand, por exemplo, que fizeram sucesso em Lisboa e abriram aquela que é a livraria mais antiga do mundo ainda em atividade: a livraria Bertrand do Chiado (Coutinho, 2011). Segundo Santos (1985, p.237), em 1836, 56% dos livros vendidos em Portugal eram traduções de obras estrangeiras. Era muito comum que as elites conhecessem o francês, mas a maior parte da população ainda se mantinha analfabeta ou conseguia ler tão somente em português. Já na década de 1840, os livros portugueses e as traduções dividirão quase que em igualdade o mercado consumidor lusitano. (Ribeiro, 1999, p.205)

Enquanto isso, no Brasil, a venda de livros, ou seu empréstimo ou aluguel, por meio dos gabinetes de leitura e dos grêmios literários, se dava em consonância com o mercado português. Muito do que se lia neste país vinha de Portugal ou fizera sucesso na antiga metrópole. Mesmo as obras francesas e inglesas lidas no Brasil eram, em regra, obras que já tinham sido consumidas largamente pelo público lusitano. Um caso emblemático é o do livreiro Antonio Maria Pereira, escolhido pelo “Gremio Litterario Portuguez”, de Belém do Pará, para adquirir as obras que fariam parte da biblioteca desta instituição, fundada em 1867. O livreiro não era encarregado de adquirir livros apenas em língua portuguesa, mas também em idiomas estrangeiros, o que demonstra que o sucesso das obras em Portugal era

visto pelo público brasileiro como um índice de qualidade literária e mesmo acadêmica. (Augusti, 2009)

Os livros de grande vendagem que se sucedem, geralmente, são de um novo gênero que se disseminará largamente por toda a Europa e terá considerável longevidade, sendo de extrema importância até os dias de hoje: o romance. Deve-se atentar para o fato de que o sucesso do romance não é fruto do acaso: ele responde às necessidades de sua época, burguesa, industrial e parlamentar.

Segundo Lukács (2000), o romance é a forma burguesa por excelência. Entretanto, deve se questionar até que ponto o romance consegue responder às necessidades de sua época por suas características endógenas e até que ponto ele próprio não condiciona a expectativa dos leitores e da crítica, contribuindo para moldar o campo literário oitocentista. Pode-se dizer, efetivamente, que os dois processos ocorrem concomitantemente e complementarmente: o romance não apenas reage aos condicionamentos sociais de seu tempo, mas também age e modifica a realidade. Afinal, como afirma Bourdieu (1996), o campo literário ganha autonomia no século XIX, respondendo cada vez mais às dinâmicas internas de sua própria formação. Assim, há um conjunto de influências externas que, sem dúvida, são de enorme importância, mas elas se traduzem em fortalecimento ou enfraquecimento de correntes e tendências internas do próprio campo, que segue uma lógica própria.

Assim, surge uma forma de expressão literária condizente com a sociedade que ela deseja retratar, com seus valores e impasses históricos. Não se pode desprezar essa preponderância do romance, em suas diversas variantes, pois ela não apenas revela muito sobre a realidade artística e social estudada, bem como demonstra ser um fator estruturante do campo literário. Com efeito, ao longo da História Ocidental sucederam-se as formas preponderantes no cenário artístico e estas transformações não são senão elementos que estruturam o campo e permitem a padronização que a ideologia dominante anseia por consolidar. Processo que ocorre sem a necessidade de que os sujeitos contribuam conscientemente para ele, a padronização social de determinadas formas artísticas está presente em todas as culturas, desde as máscaras rituais africanas à música de Mahler. A este respeito, escreveu Bourdieu:

Assim se constitui um esquema de pensamento que, difundindo-se a um só tempo entre os escritores, os jornalistas e a parte do público

que é a mais preocupada com sua distinção cultural, leva a pensar a vida literária e, mais amplamente, toda a vida intelectual na lógica da moda, e permite condenar uma tendência, uma corrente, uma escola, alegando apenas que está “ultrapassada”. (Bourdieu, 1996, p.146)

A arte existe mesmo em função da adoção destes padrões e das transgressões que levam a adoção de um novo modelo. O romance, a princípio, representou uma transgressão em direção ao foco na subjetividade da personagem, como demonstrou Lukács (2000). Em sua origem, a forma romanesca se liga ao Romantismo; tendo surgido nos países capitalistas de ponta, como a Alemanha, a Inglaterra e a França. Aos poucos esse gênero foi se difundido por outros países, alcançando Brasil e Portugal em meados do século XIX, mais precisamente por volta de 1840. Em Portugal, ele se firmará em torno da década de 1850 e, no Brasil, pode-se aproximar a data de sua consolidação da década de 1860. Essa importação, todavia, não se fará na forma de uma simples cópia. O romance se ligava a um universo de valores ateus ou protestantes, tendo sido desenvolvido em países que comportavam em si estas diferentes matrizes ideológicas. Portugal e Brasil eram países fortemente católicos. Assim, os enredos e a linguagem serão adaptados e as traduções nem sempre serão fiéis ao original, retirando ou acrescentando elementos conforme o gosto do público local. Isso não apenas por uma questão de princípios religiosos, políticos ou morais, mas também de vendas: a ascensão burguesa contribui para a monetarização e a comercialização da arte.

Tomando como princípio a reflexão de Roberto Schwarz, segundo a qual o romance teria existido no Brasil antes dos romancistas, ou seja, os escritores nacionais teriam seguido um modelo importado da Europa, Paulo Motta argumenta que tal reflexão também se aplicaria a Portugal, pois até praticamente a metade do século XIX, o que se lia em Portugal eram traduções de obras francesas. (Queiróz, 2013, p.195)

A adaptação não se dá apenas na forma romanesca, mas também na ideologia propagada pelas obras. Mesmo com a presença de semelhanças, deve-se pensar que havia muitas diferenças entre as realidades sociais de Portugal ou Brasil e as da França e da Inglaterra — maiores centros da produção romanesca da época e países hegemônicos culturalmente — em relação aos demais países europeus e em relação às Américas. Assim, basta perceber que um romance cuja narrativa se passa numa cidade grande e desenvolvida, com

inúmeras formas diferentes de trabalho e amplo operariado era possível na França ou na Inglaterra, mas não no Brasil da segunda metade do século XIX. Bem como a presença de escravos nos romances brasileiros não se justificaria num romance francês, embora fosse imprescindível para determinados cenários do país tropical, sobretudo se a narrativa se desenvolvesse numa fazenda qualquer, antes de 1888. Assim, estes romances locais, em sua maioria, acabavam por misturar elementos típicos da França e da Inglaterra com elementos brasileiros ou portugueses, gerando “um produto híbrido, ao mesmo tempo suculento para os leitores vorazes de Souvestre, Sue e Dumas, mas com algo a mais em sua preparação, certa cor local, em que o público poderia reconhecer traços de seu rosto”. (Oliveira, 2011, p.2)

O mercado literário luso-brasileiro

Outra questão a se pensar é a da extensão do mercado consumidor de livros de autores portugueses no século XIX. Isto porque ele não se limitava a Portugal, sendo também amplo o consumo destas obras em terras brasileiras. Há diversos estudos a respeito disso. A independência do Brasil não trouxe o fim do consumo de obras lusitanas na antiga colônia. Esse consumo não apenas continua como traz em si características locais, com uma certa banalização e dessacralização do livro. Segundo Ferreira, por exemplo, por volta de 1820,

a presença de comerciantes portugueses que entre outros produtos vendiam livros nas casas comerciais do Rio de Janeiro já era então significativa. Misturavam secos e molhados, livros, calendários, baralhos, unguentos e outros produtos em suas casas comerciais. (Ferreira, 2000, p.2)

É evidente que esta penetração da literatura lusitana no continente americano acabava por gerar conflitos com autores e editores brasileiros, que desejavam fazer sucesso no mesmo mercado. O próprio Eça de Queirós escreveu durante anos para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, um importante jornal brasileiro. Além disso, Machado de Assis escreveu um artigo crítico sobre as primeiras obras de Eça (1878), o que ressalta este aspecto de uma complexa “complementaridade”. Complexa porque não isenta de conflitos.

O consumo de obras portuguesas em terras brasileiras não era uma simples reminiscência histórica, deixada pelos anos da colonização e fadada a desaparecer. A literatura e a cultura

portuguesas estavam fortemente arraigadas no país. Talvez mais que a cultura espanhola no resto da América Latina. Há que se ter em mente a História Colonial do Brasil, em que o domínio português exerceu forte pressão cultural, social, política e econômica sobre sua possessão ultramarina, a ponto de chegar mesmo a proibir a criação de tipografias, casas editoriais e até universidades na América Portuguesa. Para efeito de comparação, vale a pena recordar que o domínio castelhano na América não teve o mesmo aspecto, sendo criadas diversas universidades em suas colônias, a primeira já em 1538, em São Domingos.

Assim, a vida cultural brasileira desenvolveu-se sob o signo da submissa dependência em relação a Portugal e mesmo após a independência o poder das obras portuguesas continuou intenso e talvez mesmo dominante. Durante todo o século XIX, portanto, as casas editoriais, os jornalistas, os escritores e outros agentes do campo da criação/reprodução literária contavam com o mercado brasileiro como uma espécie de apêndice do mercado português. Eram muito comuns, nesta época, as críticas de escritores e demais intelectuais portugueses às obras literárias brasileiras e ao desenvolvimento de usos distintos da língua portuguesa em terras da antiga colônia. É bem verdade que estes intelectuais e escritores nem sempre estavam numa posição de considerável desinteresse diante do mercado brasileiro, mas estas disputas não podem ser vistas apenas do ponto de vista comercial: carregam em si um caráter político-ideológico muito evidente.

Ao encarar o Brasil, muitos portugueses viam a antiga colônia a prosperar e o seu próprio país em estagnação. Assim, as relações internacionais entre os dois países eram um ponto de extrema importância para ambos. Com os portugueses muitas vezes evocando a memória de suas antigas glórias, ao perceberem a riqueza e o poder do Brasil Imperial. Com efeito, a ligação entre os dois países continuou intensa, mesmo após a independência: muitos portugueses ricos investiam no Brasil e muitos membros das classes baixas ainda deixavam a Europa e emigravam para a antiga colônia. Por outro lado, membros da elite brasileira ainda vinham estudar em Portugal, passear ou estabelecer relações comerciais e financeiras. Oliveira Martins (s/d) chega a dizer que a Guerra do Paraguai (1864-1870) trouxe grande dificuldade econômica a Portugal, que se acostumara a receber constantes remessas de capital brasileiro na forma de investimentos e rendimentos.

Apesar das barreiras culturais que a formação de distintos usos do mesmo idioma costuma erguer entre povos que trazem consigo a mesma língua e dos conflitos comerciais e ideológicos, um testemunho de Herculano demonstra o quão ligados estavam os mercados brasileiro e português. O autor de *Eurico, o presbítero* coloca o Brasil como essencial para os editores lusitanos e traça uma comparação com o seu próprio país:

A imprensa na antiga América portuguesa, balbuciante há dois dias, já ultrapassa a imprensa da terra que foi metrópole. Às publicações periódicas, primeira expressão de uma cultura intelectual que se desenvolve, começam a associar-se as composições de mais alento — os livros. Ajunte-se a esse fato outro, o ser o Brasil o mercado principal do pouco que entre nós se imprime, e será fácil conjecturar que no domínio das letras, como em importância e prosperidade, as nossas emancipadas colônias nos vão levando rapidamente de vencida. (Herculano, 1998, p.99)

A concorrência entre brasileiros e portugueses pelo mercado editorial de seus países também se deu no sentido inverso: brasileiros tentando penetrar no campo literário português. Daí as críticas de intelectuais lusitanos que carregam consigo um pouco daquilo que poderia ser chamado de disputa comercial e defesa de interesses pecuniários e de status. Certamente, era mais raro encontrar um autor brasileiro que conseguisse publicar sua obra em Portugal e obter sucesso e reconhecimento que um português que os conquistasse ao vender sua sobras no Brasil. Ainda assim, não se deve esquecer dos autores brasileiros que alcançaram renome e boas vendas em Portugal para poder entender melhor o quão acirrada era a disputa pelo mercado. Diz Abreu a este respeito:

Mesmo custando caro, as publicações cariocas pareciam interessantes para o experiente livreiro europeu Paulo Martin, que considerou vantajoso importá-las, ainda que tivesse de pedir autorização à censura, transportar os livros pelo Atlântico e liberá-los na alfândega lisboeta, antes de poder colocá-los à venda. Talvez seu interesse viesse do fato de os títulos não estarem disponíveis em Portugal ou se devesse à reconhecida qualidade tipográfica dos impressos dados à luz no Rio de Janeiro. De qualquer forma, a remessa de livros produzidos no Brasil para serem vendidos em Lisboa revela a perspicácia dos Martin, que eram capazes de tirar proveito das melhores condições, fosse como livreiros, fosse como editores. (Abreu, 2010, p.60)

Um fator, aliás, que tornava esta disputa ainda mais acirrada era a questão do analfabetismo em Portugal e no Brasil. Sabe-se que em 1900, 78,6% da população portuguesa era analfabeta (Augusti, 2004, p.7). Este dado pode ser destrinchado por gênero, resultando numa percentagem de mulheres analfabetas de alarmantes 82,1%, enquanto a dos homens se fixava em 65% (Grácio, 1990). Isso ajuda a explicar a importância do mercado consumidor para as obras literárias lusitanas e o desejo dos autores europeus em não verem prestigiados seus concorrentes brasileiros, nem mesmo na América e muito menos em Portugal. No Brasil, a situação não era muito diferente: os analfabetos compunham por volta de 82,5% da população em 1890 e a queda nos anos posteriores foi paulatina (Ferraro, 2002, p.33). Assim, diante de um público leitor tão restrito, os embates eram inevitáveis.

No entanto, um fator poderia, senão compensar, ao menos amenizar a pouca expressão do público leitor devido ao analfabetismo. Trata-se da frequência com que se lê. De fato, se o diminuto público leitor tivesse arraigado em si o hábito da leitura, isso poderia permitir que um determinado número de escritores e editores vivessem dos livros vendidos. Ainda mais se o leitor fosse obrigado a comprar os livros desejados, por falta de outras opções como bibliotecas públicas e gabinetes de leitura. Isso sem falar nas obras necessárias para o ensino escolar, universitário e eclesiástico. Há no entanto, a concorrência do principal centro cultural do Ocidente, então: a França. Maria do Rosário Cunha Duarte afirma que “É também através das edições em língua francesa que o público português começa a ter acesso a colecções de divulgação científica e cultural” (Duarte, 2004, p.68). Eça de Queirós, em vários escritos, mas sobretudo em *O Francesismo*, também testemunha o uso de compêndios estrangeiros no ensino em Portugal.

Embora as obras de maior vendagem em Portugal e no Brasil costumassem ser traduções de obras estrangeiras, nomeadamente francesas, não se deve esquecer que sua publicação em Portugal não deixava de capitalizar os editores, ainda que fizesse concorrência com os autores nacionais. De qualquer modo, havia um favorecimento indireto: o editor, uma vez capitalizado, tinha mais condições de correr riscos, investindo no lançamento de autores portugueses ainda desconhecidos. Mas o reduzido público leitor português de fato lia constantemente? Pode-se imaginar que sim? Duarte responde afirmativamente a estas questões:

romances e novelas terão desempenhado um papel determinante no comércio e na indústria nacionais, cuja vitalidade não deixa de ser surpreendente perante as baixas taxas de alfabetização e os reduzidos níveis de escolaridade já mencionados.

Servindo-se, como exemplo, dos romancistas portugueses de maior sucesso editorial na época, e do facto de uma tiragem de 1.000 ou 1.500 exemplares precisar de alguns anos para se esgotar, Joel Serrão retira significado à grande quantidade de títulos que anualmente os catálogos de editores e livreiros punham à disposição do público. (Duarte, 2004, p.64)

Mais que isso, a autora coloca a leitura como em uma fase de transição durante o século XIX português. Uma transição que acentua as facetas capitalistas pré-existentes no campo literário. O livro, agora, já não é, necessariamente, fonte de prestígio para quem o escreveu e para quem o lê. Muitas vezes, é tratado como mero produto de entretenimento e fonte de lucros:

Sendo naturalmente reduzido o número de consumidores, há que concluir que a prática da leitura, entre os privilegiados que a ela tinham acesso e independentemente do grau de exigência por estes revelado, ganhara, de facto, a natureza do hábito e a força da necessidade.

Com efeito, à medida que o século XIX avança, também entre nós o livro abandona rigidez imposta pela frequência dos espíritos eruditos e cultos, adquire uma desenvoltura que definitivamente o atira para as mãos burguesas do comércio e, consequentemente, acrescenta à sua primeira natureza toda intelectual o valor material do lucro. (Duarte, 2004, p.65)

Essa situação não impede, entretanto, que a concorrência entre editores e autores portugueses e brasileiros continuasse por todo o século XIX. Antes, acentua o embate. Algumas realidades, envolvendo lutas internas do campo literário, contribuíam ainda mais para o acirramento das posições. A difícil questão da qualidade das obras lusitanas consumidas pelos brasileiros era um ponto nevrálgico para os polemistas. A este respeito, diz Augusti:

polêmicas se iniciavam em virtude das representações francamente negativas das elites portuguesas a respeito dos leitores e escritores brasileiros e tinham como resposta considerações acerca da dependência dos escritores portugueses em relação ao público leitor da ex-colônia. (Augusti, 2004, p.2)

A Literatura, entretanto, não é constituída apenas de autores consagrados e institucionalizados e mesmo em Portugal muitas destas obras consideradas de “mau gosto” eram lidas. Aliás, na maioria das vezes era o sucesso em terras lusitanas que estimulava a curiosidade dos leitores brasileiros e a iniciativa dos editores. Assistia-se, agora, devido ao fortalecimento do mercado editorial, a um tratamento da arte como mero “negócio” e nem sempre as obras que mais vendiam eram as que fascinavam os críticos por sua qualidade artística. Este, porém, não era um fenômeno concernente apenas ao público brasileiro. Com efeito, podem ser invocados inúmeros testemunhos de pensadores não necessariamente ligados ao mundo lusófono, como Schopenhauer, por exemplo:

Pois é como se uma maldição pesasse sobre o dinheiro: todo autor se torna um escritor ruim assim que escreve qualquer coisa em função do lucro. As melhores obras dos grandes homens são todas provenientes da época em que eles tinham de escrever ou sem ganhar nada, ou por honorários muito reduzidos. (Schopenhauer, 2007, p.56)

Este Brasil de leitores de mau gosto e escritores que desconheciam as normas do uso culto da língua portuguesa era, pois, parte de um fenômeno muito mais vasto e amplo: também em toda a Europa se liam estes romances, estas obras de “mau gosto” que os brasileiros tanto apreciavam. Além disso, o Brasil era reconhecidamente importante para o desenvolvimento do campo literário português e não podia ser efetivamente negligenciado pelos escritores e outros agentes do processo. Justamente por isso, entretanto, por esta sua importância, que existia animosidade entre os escritores e editores dos dois países.

Felizmente, até onde as sabe, esta animosidade não gerou duelos armados. Menciona-se isto porque não eram eles incomuns na Europa “civilizada”. A grande imprensa trouxe consequências diversas para as sociedades em que ela se desenvolveu; uma delas foi que um dito, falso ou verdadeiro, sobre uma pessoa qualquer poderia agora se espalhar de forma antes inaudita. Assim, muitos cavalheiros sentiam sua honra maculada por alguma matéria de jornal ou editorial. O que fazer diante disso? Alguns, como Eça de Queirós, escreviam um texto em resposta, irônico, sutil e refinado. Outros recorriam às armas.

O próprio Eça ironiza a mania francesa por duelos, que estava os tornando recorrentes, diários mesmo. Como algumas vezes, eles

tenham origem em questões literárias, revelam algo do cenário literário de então, da profundidade de suas polêmicas, do assombro diante do poder das letras, agora, numa sociedade cada vez mais alfabetizada, e da incapacidade de alguns a se adaptarem a essa nova realidade. A este respeito diz João Luso:

A imprensa, as letras francesas se enchem de duelos — muitos dos quais, a rigor, não mereciam tal nome. Não faltou quem considerasse o encontro de Emile de Girardin-Armand Carrel a maneira única para o primeiro de não ser vencido pela energia e o fulgor da prosa do segundo. O fundador da Presse, que se arrogava o título de primeiro articulista, argumentador irresistível, incombátil, não pôde levar à paciência que outro surgisse, emparelhasse com ele, possivelmente lhe viesse a arrebatar a primazia... De repente, passou a tratar Carrel como uma sobranzeria que ia além da insolência e do desprezo. Forçou o duelo. E com o sangue frio dos frequentadores do sempre citado campo de honra, manejando a pistola ainda mais sabiamente que o estilo, venceu definitivamente a polêmica, matando o contraditor. (Luso, 1945, p.19)

E ainda:

Mas em Portugal, se estou bem informado, pouquíssimas vezes à argumentação escrita terá sucedido o lampejar da arma branca ou o estrondo da arma de fogo. Polemistas dos mais ilustres recorrem a um instrumento mezinho e sempre ao alcance da mão: o cacete. A cana da Índia, diletta dos janotas de Lisboa, e o zambujeiro dos valentões da Beira Baixa igualmente se afiguram apropriados aos polemistas. (Luso, 1945, p.25)

Deve-se recordar, com efeito, que no episódio d'*Os Maias* em que se trata da “Corneta do Diabo”, Ega afirma que Palma Cavaleiro foi pago para publicar as infâmias de Carlos; que não o faria de livre e espontânea vontade, apenas para ter “desgostos e bengaladas” (Queirós, 1945a, vol. II, 255). E Carlos, que há muito queria “acariciar” o lombo de Dâmaso com sua bengala de cana da Índia, devido às maledicências deste, ouviu de Craft uma reprimenda por não lhe ter dispensado “bengaladas secretas” (Queirós, 1945a, vol. II, 311). Parece com efeito, que na Lisboa da segunda metade do século XIX um detrator corria sério risco de ser agredido a golpes de bengala, seja pelo que disse ou pelo que escreveu. Pistolas e espadas, de fato, não eram tão usadas. Talvez por isso nenhum autor português tenha desafiado um rival brasileiro para algum duelo, apesar do clima nem

sempre amistoso entre os homens de letras dos dois países. Isso sem falar no incômodo da viagem transatlântica que, naquele tempo, demorava muito.

Se esta condescendência e amabilidade honra os portugueses de então, também os brasileiros têm do que se gabar. Afinal, não se sabe de ameaças ou desafios de morte, por causa da concorrência acirrada entre o Brasil e sua antiga metrópole. Isto é coisa de franceses, ingleses e outros povos emotivos. Não de meridionais! Aliás, o próprio Eça de Queirós, um dos partícipes desta disputa, poderia testemunhar a favor dos brasileiros: é muito conhecido o fato — e ele mesmo referiu-se a isso algumas vezes, em seus textos — de que ele e Ramalho Ortigão receberam ameaças de agressão física quando escreviam *As Farpas*. Certamente, bordoadas não são beijos, mas ainda são melhores que um tiro ou uma estocada.

Ironia à parte, os duelos e ameaças são importantes para caracterizar como as mudanças radicais na imprensa, no mercado editorial e na leitura foram sendo assimiladas apenas aos poucos e como muitos não souberam se adaptar bem a este novo cenário, levando para fora do campo literário o que hoje é visto como assunto desta pertinência, a ser resolvido apenas por meio de palavras e, no máximo, por um processo judicial. As mudanças não ocorrem do dia para a noite e durante o processo de transformação muitas tendências são suprimidas, enquanto outras ganham força e garantem um lugar para si no novo cenário que vai se estabelecendo.

Talvez o século XIX tenha sido o século das polêmicas, traço “natural” num momento de transição para uma nova configuração social. Até a acomodação dentro do novo modelo de sociedade muita coisa mudou e mudou sem que as pessoas necessariamente soubessem como reagir a isso. O novo mundo burguês, liberal, imperialista, massivo e industrial não foi aceito sem resistências e desgastes. O tecido esgarça quando se puxa muito. Talvez os excessos diante das polêmicas e o recurso à violência possam ser vistas como locais em que o tecido esgarçou-se. São maneiras antigas, cortesãs, sendo usadas para resolver problemas completamente novos. Ainda assim, talvez eles não fossem percebidos como novidade. Ao menos por alguns.

O próprio Eça foi uma pessoa afeita a polêmicas. Ele soube, porém, como ninguém, perceber as mudanças de seu tempo e reagir a elas dentro das novas possibilidades. Ele jamais renunciou às novidades, mas soube usá-las a seu favor, transformando-se num

importante jornalista e escritor de grandeza incomensurável. Eça debateu as questões mais prementes de seu tempo e não se furtou a nenhum tema que achasse importante para seu país e para a Europa como um todo. Inclusive o da qualidade da nova literatura romanesca burguesa que se espalhava cada vez mais, como uma infestação.

A qualidade, para Eça, não era apenas uma questão de erudição ou falta dela, mas também de moral e de compreensão básica do que se lê. Inúmeras vezes, o autor criticou leituras românticas que disseminavam o culto ao adultério, à depravação, ao ócio e à malandragem. Inúmeras vezes ele demonstrou de forma clara como eram esses os princípios por trás da prosa sentimental, vaga e adocicada dos romances românticos.

Dentre os que liam estas obras, muitas pessoas eram religiosas, conservadoras e castas, de modo que sua apreciação por tais livros demonstrava ou que não sabiam o que estavam lendo ou que queriam, de fato, fugir de sua realidade, com experiências livrescas de sentimentos e ações que não ousavam levar ao fim e ao cabo na vida real. Ao constatar esta lascívia mesmo em livros destinados às adolescentes e às religiosas, Eça percebe que, de fato, muitas vezes a questão não era nem de permissividade com relação a desejos proibidos, mas de ignorância mesmo. Assim, por exemplo, ele critica este lirismo hipócrita no seguinte trecho: *“Que queria que os raios cintilantes os cingissem a ele só com ela, erguidos em êxtase, longe de quanto é vil... (Quanto é vil, na gíria da poesia lírica, é o mundo real, a família, o trabalho, as ocupações domésticas, etc.). Dispensamo-nos de citar mais estrofes lascivas”*. (Queirós, 1945b, p.145)

Se a crítica às escolhas feitas pelo grande público dentre as obras literárias disponíveis no mercado se coloca para o público português oitocentista, ainda mais válida se mostra para a análise do leitor médio brasileiro desta época. Afinal, o público consumidor de obras literárias na antiga colônia lusitana apresentava maior taxa de analfabetismo, devido a existência de poucas escolas; contava com um ensino superior apenas recente e pouco desenvolvido e não dispunha de uma antiga tradição de autores próprios. Deste modo, dentre os vários temas que interessaram à famosa Geração de 70 está o da Literatura lida no Brasil. Afirma Augusti (2004, p.2) que “A Questão Coimbrã tocou neste ponto nevrálgico do consumo de obras portuguesas no Brasil, de sua qualidade e do plágio. Além, é claro, dos pequenos e grandes conflitos em torno das modalidades escritas da língua portuguesa adotadas em cada país.”

A partir daí, podemos inferir o quão vivo era o debate a respeito do mercado literário luso-brasileiro no final do XIX e perceber a importância desta conexão para a criação literária queirosiana, lida nos dois lados do Atlântico. A citação de Augusti traz outro elemento de extrema importância e ainda não trabalhado aqui: o plágio. De fato, não eram raras as edições portuguesas de autores nacionais ou estrangeiros que eram plagiadas no Brasil, sem punição alguma por parte das autoridades deste país. Isto, evidentemente, causava séria insatisfação dentre os lusitanos. A este respeito, afirma Ferreira que

a literatura portuguesa era fortemente apreciada, sobretudo a obra de Eça de Queiroz, e que os editores brasileiros sabendo que muitos leitores existentes no Brasil gostavam também de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Castilho, Castelo Branco, não tinham pejo em publicá-los aqui sem nenhum benefício para os autores. (Ferreira, 2000, p.4)

Deve-se atentar, porém, que esta não era uma prática isolada, mas mesmo comum e constituinte do estado em que encontrava-se o campo literário das nações ocidentais na época. Os próprios portugueses eram acusados de plagiar edições belgas, francesas, inglesas... Sendo comum nos países periféricos o uso deste expediente para auferir lucros e enfrentar a forte concorrência dos países de capitalismo mais desenvolvido e escolarização mais plena. Com efeito, foram estes últimos os que iniciaram o debate acerca dos direitos autorais e editoriais e promulgaram as primeiras leis a este respeito. No caso das relações entre Portugal e Brasil, o país europeu instava constantemente sua ex-colônia a um acordo que garantisse o respeito à propriedade intelectual. As relações diplomáticas em torno deste tema atravessaram décadas, sem muita cooperação por parte das autoridades brasileiras. Ferreira (2000) a situa no período compreendido entre o tratado de 29 de agosto de 1825 e o de 09 de setembro de 1889: quase 65 anos de embates em torno da questão! Quanto a Portugal, sua lei sobre direitos autorais é bem mais antiga, mas mesmo assim tardia, diante de países centrais:

se na Europa datam do século XVIII as primeiras leis sobre propriedade literária (tendo sido a Inglaterra o país que mais cedo (1710) procurou garantir esta forma de propriedade), em Portugal, somente na Constituição de 1838 se especificaria que o direito de propriedade abrangia a propriedade literária. (Pereira, 1999, p.2-3)

O campo literário durante todo o século XIX, como tudo ou quase tudo nas sociedades ocidentais de então, estava passando por um processo de transformação diante do domínio crescente da burguesia. O plágio era uma questão urgente a ser resolvida por tratar-se não apenas de um aspecto importante no interior da dinâmica do campo artístico, mas porque tocava num ponto essencial para o mundo burguês e sua ideologia: a propriedade.

Este problema é de grande importância num cenário em que o escritor deixa de ganhar uma pensão permanente por parte de seu mecenas e já não pertence necessariamente à classe aristocrática, necessitando assim da renda advinda da venda de seus livros. Analisando os contratos editoriais dos principais autores portugueses do século XIX, Guedes afirma que seus ganhos não eram insignificantes:

Vai-se insinuando nos espíritos, aberta ou sub-repticiamente, por uma afirmação clara ou por alusão «caritativa» ao estado de penúria deste ou daquele escritor; é assim há muitos, muitos anos, há mais de um século, e mantém-se: o editor (anteriormente, o livreiro) suga a inteligência do escritor, enriquece à sua custa, paga-lhe o menos que pode, sujeita-o a um estado de pobreza e de carências de toda a ordem — vejam-se os nossos grandes escritores do século XIX!... É a lenda negra do escritor explorado. E é falsa, como se mostrará no decurso deste estudo.

Não vamos, entretanto, pretender afirmar que fossem faustosos os ganhos dos escritores portugueses de Oitocentos. Nem o poderiam ser num país pobre, atravessado por crises endêmicas, com uma larga maioria de analfabetos e rurais. Pretendemos tão-somente demonstrar que os proventos dos nossos escritores estavam em harmonia com os das restantes actividades às quais seria possível compará-los. (Guedes, 1987, p.211)

Há que se atentar, porém, para o fato de que esta análise recai apenas sobre os escritores mais conceituados e de maior vendagem no período. Tratam-se, pois, de exceções. Pode-se dizer que Guedes não deixa claro o quanto os editores ganharam com cada um destes autores excepcionais que ele diz terem sido bem pagos. Além disso, a situação do escritor, ainda que ele ganhe muito dinheiro, se deteriora em relação ao século XVIII, bem como os papéis sociais da escrita e da leitura. O próprio Eça de Queirós testemunhou isso em mais de um texto e, sobretudo, na carta-prefácio ao livro *Azulejos*, do Conde Arnoso, como já se disse.

Pode-se dizer mesmo que o campo estava passando do domínio da aristocracia para a burguesia, e que este prefácio deixa isto claro. Neste texto, Eça analisa a transição de um público culto que dispunha de tempo e dinheiro para dedicar-se à leitura em um local propício com o grande público pouco capacitado culturalmente e sem as condições adequadas para uma leitura atenta e cuidadosa. Nunca é demais citar este belíssimo texto. Logo em seu início, já afirma Eça

Nos tempos em que Voltaire, já depois de *Candide*, mesmo já depois da *Pucelle*, se contentava com cem leitores — tempos que nos devem parecer bem incultos, neste ano da Graça e de voraz leitura em que o *Petit Journal* tira oitocentos mil números, e o *Germinal* é traduzido em sete línguas para que o bendigam sete povos — esses cem homens que liam e que satisfaziam Voltaire eram tratados pelos escritores com um cerimonial e uma adulação, que se usavam somente para os Príncipes de Sangue e as Favoritas. Em verdade, o Leitor de então, «o amigo leitor», pertencia sempre aos altos corpos do Estado (Queirós, 2009, p.187).

Conclusão

Assim, pode-se concluir que os mercados literários de Brasil e Portugal estiveram fortemente entrelaçados por todo o século XIX, com escritores e leitores deixando um padrão de produção, comercialização e consumo livreiro atrelado às sociedades de corte para uma nova modalidade de vivência em torno do texto escrito, pautada nas relações capitalistas.

Esta proximidade cultural, ideológica e comercial entre os dois países não ocorreu, entretanto, sem conflitos e embates de diversas naturezas, abarcando questões como a língua, a História, a política, o domínio do mercado, o prestígio acadêmico, discussões ideológicas e questões legais. Estas últimas tratavam sobretudo dos direitos autorais, concepção jurídica que foi se amadurecendo no Ocidente durante o século XIX, ganhando corpo também no Brasil e em Portugal.

Entretanto, o plágio e as edições “piratas” não eram um privilégio apenas destes dois países, mas chegaram a ter um uso generalizado por o Ocidente, afetando sobretudo os interesses comerciais das grandes potências culturais e econômicas de então: França e Inglaterra. Países que representaram fonte de inspiração para o Brasil e Portugal no que se refere a diversos elementos: desde a adoção de determinadas estratégias editoriais até a proliferação de técnicas e estilos literários. Foi destes países, inclusive, que Portugal e sua antiga colônia copiaram a forma romanesca, que passou a ser

hegemônica no campo literário oitocentista. O romance testemunhou e contribuiu para a formação de uma nova estética literária, pautada na ascensão e consolidação de uma nova classe dominante: a burguesia.

Bibliografia:

- Abreu, M. (2010). Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. Em: Abreu, M. e Bragança, A. (orgs), *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. 1ª edição, Editora UNESP. São Paulo.
- Anselmo, A. (1997). *Estudos de História do Livro*. Guimarães Editores. Lisboa.
- Augusti, V. (2004). *Polêmicas literárias e mercado editorial Brasil-Portugal na segunda metade do século XIX*. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial.
- Augusti, V. (2009). Considerações sobre a constituição do acervo do Grêmio Literário Português do Pará. Em: *17 COLE - Congresso de Leitura do Brasil*, 2009, Campinas. Campinas: Associação Brasileira de Leitura. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE_1288.pdf>. Acesso em 01-08-2019.
- Bourdieu, P. (1996). *As regras da arte. Gênese do campo literário*. 1ª edição, Companhia das Letras. São Paulo.
- Coutinho, I. (2011). Livraria Bertrand do Chiado é a mais antiga do mundo. *Público*. 21 de Abril de 2011. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2011/04/21/culturaipsilon/noticia/livraria-bertrand-do-chiado-e-a-mais-antiga-do-mundo-1490867>>. Acesso em 01-08-2019.
- Domingos, M. D. (1985). *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*. Instituto Português de Ensino a Distância. Lisboa.
- Duarte, M. R. C. (2004). *A Inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*. Almedina. Coimbra.
- Ferraro, A. R. (2002). Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? Em: *Educ. Soc.* **23**: 21-47.
- Ferreira, T. M. T. B. C. (2000). Livros e Sociedade: a formação de leitores no século XIX. Em: *Revista Teias*. **1**: 1-10.
- Grácio, R. (1990). Ensino Primário e Analfabetismo. Em: Serrão, J. (ed.) *Dicionário da História de Portugal*. Vol II. Figueirinhas. Porto.

- Guedes, F. (1987). *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*. Editorial Verbo. Lisboa.
- Lukács, G. (2000). *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Duas Cidades - Ed. 34. São Paulo.
- Herculano, A. (1998). Futuro Literário de Portugal e do Brasil. Em: Dias, Gonçalves. *Poesia e Prosa Completas*. Editora Nova Aguilar. Rio de Janeiro.
- Luso, J. (1945). Prefácio. Em: Queirós, Eça. *Polémicas de Eça de Queiroz. Com as críticas de Pinheiro Chagas, Camilo, Fialho, e Bulhão Pato. Prefácio e recolha de João Luso*. Coleção Clássicos e Contemporâneos. Dirigida por Jaime Cortesão. V. 17. Dois Mundos. Rio de Janeiro.
- Martins, J. P. O. (1958). Ciências e Letras (3-1-1887). A Abadessa de Jouarre de E. Renan. Em: *A Província. Vol. III. Agosto a Dezembro de 1886 e Janeiro e Fevereiro de 1887*. Guimarães Editores, Lisboa.
- Martins, J. P. O. (s/d). *Portugal Contemporâneo*. 2 vols. Europa-América. Mira-Sintra.
- Pereira, A. I. S. S. (1999). *A figura do escritor na ficção queirosiana*. Tese de Mestrado em Literatura Portuguesa. Universidade de Coimbra. Coimbra. 100 pp.
- Oliveira, P. M. A Ascensão do romance em Portugal: alguns apontamentos. Em: *X Congresso AIL*. Universidade do Algarve, 18 a 23 de julho de 2011. Disponível em: <www.fchs.ualg.pt/xcail/comunicacoes/pdf/outros/Paulo_Oliveira.pdf>. Acesso em 20 abril 2013.
- Queirós, J. M. E. (2009). Carta-prefácio a <Azulejos> do Conde de Arnoso. Em: Queirós, J. M. E. *Cartas Públicas*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Direção de Carlos Reis. Imprensa nacional – Casa da Moeda. Lisboa.
- Queirós, J. M. E. (1945a) *Os Maias: episódios da vida romântica*. 2 vols. Lello e Irmão. Lisboa.
- Queirós, J. M. E. (1945b) *Uma Campanha Alegre*. 2 vols. Lello e Irmão. Porto.
- Queiróz, J. M. (2013) Brasil e Portugal: relações transatlânticas e literárias no século XIX. In: *Polifonia* (de Cuiabá, MT). Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/issue/view/150/showToc>>. Acesso em 31-07-2019.

- Ribeiro, M. M. T. Livros e leituras no século XIX. Em: *Revista de História das Ideias*, Vol. 20 (1999), disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41821/1/Livros_e_leituras_no_seculo_XIX.pdf
- Santos, M. L.C. L. (1985) *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Presença. Lisboa.
- Schopenhauer, A. (2007). *A Arte de Escrever*. LP&M. Porto Alegre.